

Convite

Ajuste Direto

“Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio - BUPI I”



Índice

I - Entidade Adjudicante:.....	3
II - Órgão que tomou a decisão de contratar:	3
III - Fundamento da escolha do tipo de procedimento de contratação:	3
IV - Órgão competente para prestar esclarecimentos:	3
V - Objeto/Identificação:	3
VI - Documentos de Habilitação:	3
VII - Modo de apresentação das Propostas:.....	4
VIII - Propostas Variantes:	4
IX - Prazo para apresentação das propostas:	4
X - Prazo de obrigação de manutenção das propostas:	5
XI - Modo de prestação da caução:	5
XII - Negociação:.....	5
XIII - Adjudicação por Lotes	5
XIV – Preço do caderno de encargos:	5
XV - Lista de concorrentes:	5
XVI - Contrato escrito:.....	5
XVII - Despesas e encargos:	5
XVIII – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais:	5
Anexo I	7
Anexo II	8
Anexo III	9
Anexo IV	10
Anexo V	11



I - Entidade Adjudicante:

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 505 987 449, com sede no Largo Dr. Vilhena n.º 1, 6440 - 100 Figueira de Castelo Rodrigo.

II - Órgão que tomou a decisão de contratar:

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, no exercício das competências que lhe foram subdelegadas pelo Despacho n.º 9 de 25 de outubro de 2021 do Sr. Presidente da Câmara e materializada sob Despacho n.º 106 - VPCM/CP/2024 de 16 de julho de 2024.

III - Fundamento da escolha do tipo de procedimento de contratação:

Procedimento de Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º conjugado com a alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP, na sua atual redação).

IV - Órgão competente para prestar esclarecimentos:

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

V - Objeto/Identificação:

O presente ajuste direto tem por objeto a **"Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio - BUI I"**

VI - Documentos de Habilitação:

O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação conforme o Artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do [Anexo II](#) do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP;

Todos os documentos da autoria do concorrente deverão ser assinados pelo próprio ou por representante(s), com poderes para o ato, individualmente e antes de serem carregados na plataforma.

O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis através:

Da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> – Módulo de Tramitação Simplificada por email, através de um link disponibilizado para a submissão dos elementos da proposta.



O prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentadas que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua atual redação é de 5 dias.

VII - Modo de apresentação das Propostas:

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.

A proposta é apresentada através da plataforma eletrónica – Módulo de Tramitação Simplificada por email.

A proposta é constituída pelos seguintes documentos conforme o constante do art.º 57.º do CCP:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do [Anexo I](#) ao presente Convite;
- b) Declaração a que se refere o número 4, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, elaborada em conformidade com o modelo constante do [Anexo III](#), ao presente Convite;
- c) Proposta, elaborada em conformidade com o modelo constante do [Anexo IV](#), ao presente Convite;
- d) Declaração que não se encontra em situação de incompatibilidade com outras funções públicas, não sendo funcionário nem agente, conforme modelo constante no [Anexo V](#), ao presente convite, ou entregar documento comprovativo da autorização;
- e) Declaração do registo de início/reinício de atividade ou documento equivalente que comprove a atividade exercida;
- f) Curriculum vitae atualizado, datado e assinado, onde conste as habilitações e as formações que possuem;

VIII - Propostas Variantes:

Não é permitida a apresentação de propostas com variantes, nem é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do caderno de encargos.

IX - Prazo para apresentação das propostas:

As propostas e os documentos que as acompanham devem dar entrada, até ao dia e hora indicados na plataforma eletrónica disponível no portal <http://www.acingov.pt> – **Módulo de Tramitação Simplificada por email, através de um link disponibilizado para o efeito.**



X - Prazo de obrigação de manutenção das propostas:

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas em conformidade com o artigo 65º do CCP.

XI - Modo de prestação da caução:

Não é obrigatória a prestação de caução, tendo por base a natureza e a especificidade da prestação de serviços e em face ao disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

XII - Negociação:

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

XIII - Adjudicação por Lotes

O presente procedimento não contempla adjudicações por lotes.

XIV – Preço do caderno de encargos:

Não aplicável.

XV - Lista de concorrentes:

A lista de concorrentes será disponibilizada pela entidade adjudicante no dia útil seguinte ao prazo para entrega da proposta.

XVI - Contrato escrito:

O contrato será redigido a escrito, se aplicável, (n.º 1 do artigo 95.º do CCP).

XVII - Despesas e encargos:

Não se aplica.

XVIII – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais:

Aplica-se o disposto no artigo 50.º do CCP relativamente à apresentação de esclarecimentos, retificações e alterações às peças do procedimento.

Aplica-se igualmente o disposto no artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos quando o prazo para a apresentação de propostas seja inferior a nove dias.



O Vice-Presidente da Câmara,

(Por subdelegação de competências, através do despacho n.º 9 - PCM/2021 de 25 de outubro de 2021 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99 de 8/6, e ainda das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do n.º 1 do artigo 34.º, da alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 2 do artigo 36.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado em anexo à Lei 75/2013 de 12/09)



Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio - BUPI I”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(... (local),... (data),... [assinatura (4)]).



Anexo II

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de **“Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio - BUPI I”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — A declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo III
Modelo de declaração

(a que se refere o número 4, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo)

.....(Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)(firma, número de identificação fiscal de pessoa coletiva e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes).

Declara para os efeitos constantes no número 4, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, não haver lugar no âmbito do procedimento administrativo “**Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio - BUPI I**” à prestação de serviços de consultoria ou outros, a favor do responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações previstas no número 1, do artigo 69.º, ou que haja prestado serviços, há menos de três anos, a qualquer dos sujeitos privados participantes na relação jurídica procedimental.

..... (local),..... (data),..... (assinatura)

1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



Anexo IV
Modelo da Proposta
Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio – BUPI I”

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter tomado conhecimento do objeto para a **“Prestação de serviços técnicos para exercer funções no Balcão Único do Prédio - BUPI I”**, a que se refere o Convite enviado, obriga-se a executar a prestação de serviços em regime de avença, de harmonia com o Caderno Encargos pela quantia mensal de (em algarismos e por extenso) e por um prazo de 18 meses, totalizando um valor de (em algarismos e por extenso), valores acrescidos de IVA (se aplicável) à taxa de (especificar a taxa).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (local),..... (data),..... (assinatura)

1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



Anexo V

Modelo da Declaração

(Declaração de não incompatibilidade com outras funções públicas, não sendo funcionário nem agente)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declaro que não me encontro em situação de incompatibilidade com outras funções públicas, não sendo funcionário nem agente.

..... (local),..... (data),..... (assinatura)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

